

PEDIDO DE INFORMAÇÃO N° _____ DE 2025

O **Deputado Estadual RARISON BARBOSA**, com amparo no art. 185, §1º, inciso XVI, c/c o art. 225, §3º, todos do Regimento Interno, vem requerer que seja encaminhado ao **Secretário Estadual de Educação** o seguinte **PEDIDO DE INFORMAÇÃO**:

Considerando a função fiscalizatória inerente ao Poder Legislativo e a necessidade de assegurar a transparência na aplicação de recursos públicos destinados à infraestrutura educacional, solicito informações detalhadas acerca da situação da obra da **Escola Estadual TUXAUA LOBATO**, localizada na Comunidade Santa Rosa, situada na Terra Indígena São Marcos.

É importante destacar que esta Casa Legislativa está ciente de diversos ofícios e relatórios emitidos desde 2012, os quais já apontavam a paralisação da construção da unidade escolar, bem como suas consequências para a comunidade estudantil. Entre esses documentos, destacam-se:

- **Ofício EEITL n° 003/2012**, da gestora Valcirene da Silva Peres, relatando a paralisação da obra e a inércia da empresa responsável (T.C.P Serviços Gerais LTDA);
- **Ofício EEITL n° 047/2013**, do gestor Nelson Antônio, reforçando a permanência da situação e seus impactos no ensino;
- **Relatório E.E.Tx.L n° 43/2015**, denunciando a falta de infraestrutura mínima para o funcionamento adequado da escola;
- **Relatório E.E.Tx.L n° 08/2018**, informando a persistência da paralisação e a precariedade do transporte escolar e da merenda fornecida aos alunos;
- **Relatório E.E.Tx.L n° 01/2019**, enfatizando que, mesmo após oito anos, a construção da escola ainda não havia sido retomada.

Diante desse histórico, requer-se o esclarecimento dos seguintes pontos:



Qual o status atual das obras da referida unidade escolar?



Quais os motivos que levaram à paralisação da obra?



O projeto de construção foi financiado com recursos estaduais ou federais? Em caso de recursos federais, qual a fonte específica do financiamento (ex.: FNDE, emenda parlamentar, convênio, etc.)?



Há saldo remanescente de recursos destinados à execução da obra ainda disponível na conta do projeto? Em caso positivo, qual o montante e sua destinação atual?



Há pendências judiciais ou administrativas que estejam impedindo a continuidade da obra? Caso existam, especificar a natureza do entrave e as medidas adotadas para a resolução.



Qual a empresa responsável pela execução do contrato de construção? Houve rescisão contratual ou aplicação de penalidades em razão da paralisação?



Existe previsão para a retomada das obras? Em caso positivo, qual o cronograma estabelecido para sua conclusão?



O projeto executivo original sofreu alterações que possam ter impactado o custo ou o prazo de execução da obra?



A Secretaria tem adotado medidas para evitar a deterioração da estrutura já edificada, prevenindo desperdício de recursos públicos?

Diante do prolongamento dessa situação, que já se arrasta há mais de uma década, solicitamos que as informações sejam encaminhadas a esta Casa Legislativa dentro do prazo legal, acompanhadas da documentação pertinente, a fim de garantir a devida transparência e permitir que este Parlamento exerça seu papel de fiscalização e acompanhamento das políticas públicas educacionais no Estado de Roraima.

Palácio Antônio Augusto Martins, Boa Vista – RR
Sala das Sessões. Data constante no sistema.

Deputado Estadual **RARISON BARBOSA**
3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima